

Anistia vê aumento da tortura

Alberto Ramos

Da equipe do **Correio**

São Paulo — Na hora de defender direitos humanos, o Brasil cria leis modernas mas não as coloca em prática. Esta é a avaliação da Anistia Internacional, que divulgou ontem seu relatório mundial. "Houve uma deterioração no Brasil, principalmente no sistema carcerário", afirmou o coordenador da entidade para a América Latina e Caribe, Sérgio Zamorano. O capítulo brasileiro da publicação destaca denúncias de morte sob custódia policial, execuções praticadas por esquadrões da morte e maus tra-

tos a adolescentes infratores.

"As cifras relacionadas a violações sempre são muito mais altas do que os registros oficiais, apesar dos governos fazerem a retórica da defesa dos direitos humanos", afirmou Zamorano. No mesmo tom, o presidente da seção brasileira da Anistia, Alexandre Guedes, apontou avanços e retrocessos simultâneos que o país registra nessa área. "Nos últimos cinco anos, a tortura foi tipificada como crime e temos até um Plano Nacional de Direitos Humanos. Contudo, a situação está pior", afirma.

O paradoxo de se criar leis que não saem do papel, na avaliação dos militantes, decorre de falta de

vontade política. A lei que tornou a tortura crime inafiançável, de 1997, é um exemplo da dificuldade das autoridades brasileiras de tomar atitudes práticas em favor dos direitos humanos.

Segundo informações do Fórum Nacional de Procuradores de Justiça, das 258 denúncias de tortura registradas no país nos últimos quatro anos, apenas 56 foram investigadas. Destas, 16 foram julgadas e somente uma resultou em condenação de um policial militar, na Bahia. Ainda assim, a punição referia-se à omissão do PM, não à participação direta dele na violação.

"Vivemos numa sociedade on-

de o militante dos direitos humanos é identificado como defensor de bandidos", afirmou Guedes. Segundo ele, a tortura normalmente fica impune porque o Ministério Público dificilmente caracteriza o crime dessa forma. Na maioria dos casos, promotores de justiça tendem a tipificar a acusação como de lesão corporal, que resulta em penas leves, de prestação de serviços.

As denúncias recebidas pela Anistia e as visitas das entidade a prisões brasileiras revelam que a tortura continua sendo usada constantemente pela polícia. "Apesar da transição democrática, a impunidade para esse tipo

de crime persiste", disse Guedes. Para ele, a prática, que foi comum nos regimes de exceção, continua sendo utilizada com um outro alvo. No lugar do prisioneiro político, o detento comum. Os instrumentos mais utilizados pelo aparato policial são conhecidos há muito tempo: pau-de-arara, telefone, afogamento e choque elétrico. Todos eles usados intensamente nos anos de chumbo do regime militar. "O que falta definir agora é o papel da polícia no estado democrático e de como o Ministério Público atuará para fiscalizá-la", argumenta o dirigente.

Apesar de dificuldade em fazer as leis sair do papel no Brasil,

atualmente a Anistia faz campanha para que o crime de tortura seja federalizado. Dessa forma, policiais civis e militares, que são os principais acusados, seriam julgados por tribunais federais e as chances de punição seriam maiores, avalia a entidade.

O relatório da Anistia também traça um quadro sombrio no mundo, onde execuções sumárias ocorrem em 61 países, desaparecimentos em 30 países, enquanto outros 63 mantêm presos políticos. No cenário internacional destaca-se ainda a situação caótica da Colômbia, onde a violência vem de todos os lados: Forças Armadas, guerrilha e paramilitares.